



**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLITICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

Eixo Temático: Território, Poder e Conflito

TEMPLATE – TRABALHO COMPLETO – Apresentação Comunicação Oral

**Reflexos do processo de modernização agrícola na
configuração territorial de Pitanga (PR)**

Mateus Galvão Cavatorta¹
Cleverson Gonçalves²

RESUMO

O objetivo central deste trabalho foi analisar as implicações do processo de modernização agrícola na formação socioespacial de Pitanga (PR), assim como seus reflexos no contexto atual do município, no sentido de ser um fator desterritorializante dos povos camponeses que moravam na região e dos seus impactos na configuração territorial e na estrutura agrária de Pitanga, como o desmatamento, o agravamento da concentração fundiária e na expropriação de povos tradicionais de suas terras. Como ponto de partida, foi demonstrado uma breve discussão teórica a respeito dos principais conceitos utilizados na pesquisa. A metodologia empregada na produção do artigo baseou-se em análises bibliográficas, trabalhos de campo onde utilizou-se de recursos como a realização de entrevistas semi-estruturadas que proporcionaram um melhor entendimento sobre o assunto.

Palavras-Chave: Pitanga (PR); modernização agrícola; Formação socioespacial.

ABSTRACT

The central objective of this work was to analyze the implications of the process of agricultural modernization in the socio-spatial formation of Pitanga (PR), as well as its reflections in the current context of the municipality, in the sense of being a deterritorializing factor of the peasant peoples living in the region and their impacts on the territorial configuration and the agrarian structure of Pitanga, such as deforestation, aggravation of land concentration and expropriation of traditional peoples of their lands. As a starting point, a brief theoretical discussion about the main concepts used in the research was demonstrated. The methodology used in the production of the article was based on bibliographical analyzes, fieldwork where resources were used as semi-structured interviews that provided a better understanding on the subject.

Keyword: Pitanga (PR); agricultural modernization; Socio-spatial formation.

INTRODUÇÃO

¹ Mestrando em Geografia pela Universidade Estadual de Londrina. Bolsista da CAPES. Brasil. mateuscavatorta@hotmail.com

² Doutorando em Geografia pela Universidade Estadual de Londrina. Brasil. kevo_goncalves@hotmail.com



A organização do espaço pitanguense sempre esteve vinculada a atividades econômicas de cunhos extensivo e extrativo e atividades agropecuárias, incorporando primeiramente o ciclo da erva mate e do tropeirismo e, mais tarde, da madeira, esta com auge após a Segunda Guerra Mundial. Essas atividades alimentaram a acumulação de capital até a década de 1980. A partir da riqueza gerada pelos referentes ciclos e dos migrantes atraídos pela riqueza natural da região, foram sendo erguidas um conjunto de vilas e estas foram sendo estruturadas, com a construção de moradias, igrejas, escolas, hospitais, comércio, dando origem a núcleos urbanos, que seria a cidade de Pitanga.

A partir do declínio das safras de porcos em Pitanga, devido à diversos fatores como -substituição dos tropeiros pelas carretas como de transporte, a chegada de novas técnicas de criação de porcos, a peste suína clássica, a substituição da banha por óleos vegetais -, a extração de madeira foi ocupando o lugar das safras como a principal atividade econômica no município de Pitanga a partir da década de 1940, permanecendo assim até década de 1970.

Com a crise da acumulação de capital a partir da exploração da madeira, o agronegócio baseado nas monoculturas de soja, trigo e milho, se torna a principal atividade econômica rural desenvolvida no município, permanecendo assim até os dias atuais. Em função do número grande de serrarias resultante por meio da expansão da extração de madeira na região, logo essa atividade ficou saturada. Como resultado, algumas serrarias começaram o processo de reflorestamento sobre as terras que iriam adquirindo com o passar do tempo, outras abandonaram a região e partiram para outras frentes.

Diante deste contexto, o principal objetivo nesta pesquisa foi analisar o processo de modernização agrícola na formação socioespacial de Pitanga (PR), apontando a relação desta atividade com o estado e camponeses além de seus reflexos na configuração territorial do município, como o desmatamento, o agravamento da concentração fundiária, expropriação dos camponeses de suas terras e no processo de desterritorialização. A metodologia utilizada na produção do artigo baseou-se em pesquisas nas referências bibliográficas que tratam da temática, do trabalho de campo no município de Pitanga, no qual foram realizadas entrevistas que proporcionaram um melhor entendimento sobre o assunto estudado.



RESULTADOS E DISCUSSÃO

Fundamentação teórica: a modernização agrícola como elemento transformador na configuração do território

Para compreender as implicações de uma atividade econômica na paisagem, - que no contexto desta pesquisa seria a extração da madeira -, necessita-se de uma breve reflexão teórica-conceitual sobre as atividades humanas que estruturam espaços como elementos sociais numa determinada área.

Primeiramente, é fundamental a conceituação de espaço e, para isso, é conveniente citar Santos (1997, p. 51), que concebe o espaço

[...] formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá". Os objetos, enquanto herança da história natural e resultado da ação humana que se objetivou, representam tudo o que existe na superfície terrestre. Enquanto que, as ações resultam de necessidades naturais ou criadas (materiais, imateriais, econômicas, sociais, culturais, morais ou afetivas), que conduzem os homens a criar e utilizar os objetos.

Para o mesmo autor, o espaço precisa ser considerado como totalidade: conjunto de relações realizadas por meio de funções e formas apresentadas historicamente por processos tanto do passado e se chegando até o presente. No começo era natureza selvagem, formada por objetos naturais que, ao longo da história, vão sendo substituídos por objetos fabricados pelo trabalho social. Pela presença desses objetos artificiais - fábricas, fazendas, estradas e caminhos, cidades -, o espaço é marcado por esses acréscimos construídos pela atividade humana, modificando a natureza primitiva, dando lugar a uma "segunda natureza". (SANTOS, 1996).

Como a atividade madeireira é um elemento presente na formação socioespacial de muitas cidades brasileiras, torna-se necessário a compreensão desse conceito e dessa forma de agir e de construir territórios e, mesmo, regiões. Para isso, é conveniente citar Endlich (2009), que também se ampara na conceituação de Milton Santos:

Em sua formulação, Santos considera que se a Geografia deseja interpretar o espaço humano como fato histórico, é a partir da história da sociedade mundial, aliada à da sociedade local, que se encontra o fundamento à compreensão da realidade espacial e de sua transformação a serviço do homem. Ele propõe uma análise geograficamente articulada entre as diversas escalas. Santos deriva essa categoria da formação econômica e social da teoria marxista, expondo que ele trata da evolução diferencial da sociedade (ENDLICH, 2009, p. 55).



Complementando a discussão sobre a organização espacial, é pertinente citar Fraga (2011), onde o autor ressalta que

A produção do espaço é ação cotidiana do homem e aparece na forma de ocupação de um determinado lugar em momento histórico, em que a produção da cidade, por exemplo, aparece como manifestação espacial dos conflitos de interesses dos diversos agentes presentes nesse processo, associado ao desenvolvimento capitalista. (FRAGA, 2011, p.73)

A ação cotidiana e continua das indústrias madeireiras transformou os espaços em que atuaram por meio de relações sociais e econômicas em contínua co-presença. Esta atividade gerou também implicações profundas na configuração territorial e na estrutura fundiária de Pitanga, como agravamento da concentração fundiária, expropriação dos camponeses e indígenas de suas terras e, conseqüentemente, a desterritorialização desses povos em relação ao acesso das terras do meio rural, concentrando estas nas mãos dos grandes latifundiários. Diante deste contexto, torna-se necessário expor os conceitos de território de desterritorialização e, para isso, é conveniente citar Haesbaert (2005, p. 13), no qual o autor agrupa as concepções de território em três vertentes básicas:

A primeira vertente, jurídico-política, a mais difundida, onde o território é visto como um espaço delimitado e controlado, através do qual se exerce um determinado poder, na maioria das vezes visto como o poder político do Estado; a segunda, cultural(ista), que prioriza a dimensão simbólico-cultural mais subjetiva, em que o território é visto sobretudo como o produto da apropriação/valorização simbólica de um grupo sobre o seu espaço; e a terceira, econômica (muitas vezes economicista), bem menos difundida, enfatiza a dimensão espacial das relações econômicas, no embate entre classes sociais e na relação capital-trabalho.

No que se refere à (des)territorialização, sua compreensão também é bastante plural. Segundo Souza (1995), o termo acha-se relacionado à idéia de exclusão do grupo que anteriormente ocupava um determinado espaço. Já para Santos (2002), a desterritorialização representa o estranhamento do indivíduo ao lugar, ou seja, uma desculturização. Haesbaert (2004) refere-se à desterritorialização como fruto do enfraquecimento do controle exercido sobre o espaço, resultando na mobilidade de pessoas, bens materiais, capitais ou informações.

A modernização tecnológica da agricultura foi um evento que significou um grande impacto na agricultura familiar, no qual resultou um processo de desterritorialização em níveis nacionais. Teve sua origem na década de 30, quando o Brasil muda o rumo de sua economia, passando de agrário exportador para investir mais pesado na industrialização e formação de um mercado interno.

A partir dos anos 60 ocorre a consolidação do parque industrial, a instauração de um estilo de desenvolvimento visando à "modernização conservadora", a fase denominada como "milagre econômico", que teve como características a ampliação do crédito rural subsidiado, incentivos à produção agrícola, a internacionalização do pacote tecnológico da



Revolução Verde, a melhoria dos preços internacionais para produtos agrícolas etc. Em consequência desses fatores, a agricultura passou por um processo de integração com a industrialização, marcando o início da consolidação do complexo agroindustrial. (MARTINE, 1991)

A revolução Verde, baseada em pacotes tecnológicos, foi excludente, seletiva e prejudicial para a maioria dos agricultores familiares. O alto custo dos insumos e a dependência das indústrias multinacionais não permitiam o agricultor familiar a adotá-la sem maiores problemas.

Sendo assim, a dita “modernização da agricultura”, na verdade só modernizou as médias e grandes propriedades com a adoção de tecnologias no processo produtivo, por meio do crédito subsidiado que proporcionou aos grandes proprietários a compra de tratores, máquinas modernas, fertilizantes e adubos químicos, agrotóxicos, etc.

[...] teremos, por um lado, a transformação da base técnica em boa parte do setor agrário, no que se convencionou chamar de modernização desigual: privilegiando, sobretudo os grandes proprietários de terras; as culturas voltadas para o mercado externo ou para a substituição de produtos que pesam na balança comercial; as regiões mais desenvolvidas, Sul e Sudeste, em detrimento das mais atrasadas, como o Norte e o Nordeste; e atingindo apenas uma pequena parcela dos produtores rurais, a que teve acesso ao crédito subsidiado, em torno de 20% a 25% do total. (GONÇALVES NETO, 1997, pp. 224-225)

Dentro deste panorama, a reforma agrária é vista como anacrônica, desnecessária e insustentável. Para ser competitivo e sobreviver, é preciso adotar um “pacote” tecnológico que exige elevados investimentos, bem como possuir uma área mínima relativamente grande ou ocupar um nicho de mercado, sobretudo pela integração ao complexo agroalimentar. O movimento de concentração da produção agropecuária em um número cada vez menor de estabelecimentos cada vez maiores era considerado parte de uma tendência “natural” e necessária que já ocorrera nos países capitalistas desenvolvidos e que, portanto, não poderia ser freada, sob pena de provocar um atraso tecnológico no setor agropecuário, com impactos negativos no próprio processo de desenvolvimento econômico. (BUANAIN, 2003)

O processo de “modernização” causou transformações profundas na esfera da produção agropecuária, mas que também trouxe sérias consequências ambientais e sociais. Em relação aos resultados da referida modernização, destacam-se alguns pontos negativos quem afetaram e envolveram os agricultores familiares, como:

Em grande medida, pode-se dizer que o conflito social que se instaurou nas áreas rurais do país está diretamente relacionado ao modelo de desenvolvimento agrário do Brasil, o qual está baseado em dois pilares principais: na concentração da terra e na exclusão social dos agricultores familiares. (MIRALHA, 2006)



A modernização no campo ocasionou uma intensificação do êxodo-rural, pois esse processo perverso envolveu essencialmente o médio e grande produtor gerando assim, uma expulsão e expropriação de grande parte dos agricultores familiares, que ficaram abandonados sem nenhuma forma de incentivo, e pelo fato dessa modernização se caracterizar também pela utilização de máquinas modernas nas grandes propriedades absorvendo uma pequena parte de trabalhadores para se sujeitar a ao trabalho assalariado, a maioria foram obrigados, então, a migrar para as médias e grandes cidades em busca de emprego, principalmente na indústria. Mas, a maioria, não conseguiu se incluir no mercado de trabalho urbano e acabaram excluídos, “inchando” as periferias das cidades. (MIRALHA, 2006)

A modernização das grandes propriedades incentivadas pelas inovações tecnológicas oriundas das grandes potências mundiais, em especial, os Estados Unidos, demarcou o que ficou conhecido como Revolução Verde, criando uma massa gigante de excluídos e desterritorializados do campo. (PAULA, 2015, p. 72)

Outra consequência da modernização conservadora foi a ampliação a concentração fundiária que já estava por demais concentrada, além de ampliar ainda mais as desigualdades sociais, pois os resultados econômicos dessa modernização, pouco beneficiou a classe trabalhadora, favorecendo as elites, ou seja, os grandes produtores e latifundiários, e os industriais, em detrimento da classe trabalhadora que são as mais necessitadas. (MIRALHA, 2006)

A modernização agrícola na formação socioespacial de Pitanga e seus reflexos na configuração territorial do município: concentração fundiária, expropriação camponesa e desterritorialização

Com a crise da acumulação de capital a partir da exploração da madeira em Pitanga, a produção das monoculturas de soja, trigo e milho se tornaram a principal atividade econômica desenvolvida no município. Em função do número grande de serrarias resultante a partir da expansão da extração de madeira na região, logo essa atividade ficou exaurida, dessa forma algumas serrarias começaram o processo de reflorestamento sobre as terras que iriam adquirindo com o passar do tempo, outras abandonaram a região e partiram para outras frentes. (PAULA, 2015)

Embora abrigasse a maior fonte de matéria-prima, a região não obteve como retorno todo o capital gerado pelo comércio da madeira, principalmente porque boa parte da renda gerada foi destinada para fora dos arredores de região de Pitanga, ou seja, para as sedes das referidas empresas. Ainda que os municípios produtores tenham acumulado algum capital, originado principalmente dos impostos sobre a exploração da madeira, além de, com



o tempo, terem sido beneficiados pela atração de um conjunto de outras empresas, cujas atividades estavam diretamente vinculadas à madeira, os ganhos foram relativos. Isso porque não houve distribuição dos lucros para o conjunto da população, já que esses ficaram concentrados nas mãos de alguns grupos madeireiros, que não reinvestiram nos municípios na mesma proporção em que espoliaram seus bens naturais. Situação não muito diferente ocorrido com a exploração de erva mate e suíno referido anteriormente. (FAVARO, 2014, p. 29)

A atividade madeireira gerou reflexos na configuração da estrutura fundiária de Pitanga, a qual consolidou ainda mais as grandes propriedades em detrimento das pequenas. Esse processo ocorreu pela aquisição de antigos donos de serrarias de grandes extensões de terras, muitas vezes de forma ilegal, como o caso do grilo do Tigre. (PAULA, 2015)

Sendo assim, o ciclo madeireiro provocou marcas profundas no território, estimulando o desenvolvimento do poder local, já que a pequena burguesia que estava sendo formada desde as primeiras fazendas de pecuária, vai se adensar com a formação de outra elite, assim, os donos de madeireiras aumentaram a concentração de terra e conseqüentemente de riquezas.

Além da formação de uma elite agrária, a exploração da madeira devastou as ricas florestas da região, em questão de anos, abrindo caminho para que o desenvolvimento conservador da Revolução Verde chagasse a Pitanga. O que finalmente atingiria a agricultura camponesa em muitas dificuldades, principalmente aquelas que possuíam um número grande de filhos, os quais, não terão outra opção senão migrar para a cidade. Isso causou uma precarização tanto do trabalho rural, quanto da própria propriedade camponesa. (PAULA, 2015)

Durante a atividade madeireira, conforme afirma Silva (2002), embora tenham ocorrido algumas melhorias, principalmente em novas redes viárias para o transporte da madeira, foram muitos os fatores negativos que se observaram na região de Guarapuava. A autora verifica que a organização da atividade madeireira formou uma concentração de população operária em torno das serrarias, longe da cidade. Assim, essa atividade não formava um forte mercado consumidor, e as unidades industriais permaneciam como elementos estranhos à região. Outro aspecto é o fato de que foram principalmente os grandes grupos econômicos que monopolizaram a industrialização e as cotas de exportação do produto. Deste modo, um insignificante capital ficou na região, impedindo que se construísse algo definitivo e consistente e não garantindo a fixação da população, deixando como restos apenas a devastação das coberturas florestais. (SILVA, 2002).



Com o fim da exploração madeireira, os camponeses que já estavam expropriados pela não inserção da sua atividade no mercado, viram-se expropriados pelo fim da atividade madeireira que lhes garantia pelo menos durante algum período do ano trabalho, e que consequentemente injetava algum recurso dentro da propriedade rural, demonstra que a população rural começou a diminuir junto com a crise na produção madeireira. (PAULA, 2015)

No lugar da atividade madeireira, a produção das monoculturas de soja, trigo e milho se tornaram a principal atividade econômica desenvolvida em Pitanga, a partir da década de 1980. Dessa forma, a agricultura camponesa, a partir dessa nova fase e da pressão do agronegócio, começa apresentar uma carência de alternativas para geração de renda na propriedade, resultando na intensificação do desemprego rural em função da modernização, influenciando também o expressivo êxodo rural apresentado na região a partir deste período. (PAULA, 2015)

A partir dos anos de 1950, o centro-sul paranaense sofre profundas transformações na estrutura agrária, levando-se em consideração a posse e o uso da terra nos séculos XIX e XX. Fatores influenciaram com que a prática da pecuária extensiva e da agricultura tradicional fosse substituída, em parte, por uma pecuária mais mercantilizada e pela produção de grãos para o consumo interno e para a exportação. (SILVA, 2005)

Essa nova fase se iniciou devido a uma série de fatores combinados. O primeiro, refere-se à ocupação das áreas de campos para o plantio, que até então realizado nas áreas de matas. Outro fator está relacionado à chegada da ferrovia e pelo asfaltamento de rodovias, facilitando o escoamento da produção. Destaca-se também o uso mais intenso da madeira, em virtude da organização de diversas serrarias e indústrias madeireiras, oferecendo maior dinâmica à economia local e regional e absorvendo mão de obra e, sobretudo, ressalta-se a imigração estrangeira e das migrações internas formadas principalmente por imigrantes catarinenses e gaúchos. (ABREU, 1986)

Abreu (1986) afirma que vários aspectos confluíram para o desenvolvimento, na época, de uma conjuntura nacional favorável, a partir de uma política agrícola de incentivo à produção de gêneros alimentícios para exportação e para o suprimento das necessidades do mercado interno, em conjunto com os incentivos estrangeiros, já que as terras e outros bens foram adquiridos com a ajuda financeira e creditícia alemã. Outros aspectos que tiveram influência foi a maior experiência no manejo agrícola trazida da Europa pelos imigrantes. A modernização dos sistemas produtivos dos suábios provocou na região de Guarapuava: a) um conflito da competição, que resultou na expansão da grande propriedade rural com muitos hectares de terras cultivados; b) melhoria dos rebanhos e



pastagens; c) emprego de equipamentos modernos; d) afluência de créditos bancários, que tornaram a região grande produtora agrícola, com base em produtos para exportação (ABREU, 1986).

A territorialização das monoculturas do modelo do agronegócio, em Pitanga, como a soja, o milho e o trigo, ditou as regras por meio do mercado e do posicionamento ideológico, que a melhor alternativa era modernizar a produção introduzindo o pacote tecnológico para gerar e aumentar a produtividade. Em paralelo, a agricultura camponesa foi colocada à margem desse desenvolvimento de um lado pelo próprio Estado, que incentivou o acesso às tecnologias aos grandes proprietários, e por outro lado pelo próprio mercado, que priorizava a produção em larga escala. (PAULA, 2015)

O poder que se originou localmente com as fortunas feitas com as explorações da pecuária, da erva-mate, das safras de porcos e da madeira garantiu que o capital acumulado nessas atividades rapidamente fosse convertido na mecanização da lavoura, além dos incentivos do Estado.

As pequenas e médias propriedades foram sendo substituídas por grandes latifúndios, resultando em reflexos na estrutura agrária do município e marcas no território pitanguense, ampliando a concentração fundiária na região e acentuando ainda mais as desigualdades sociais. Silva (2005) analisa esse realidade ao falar sobre Guarapuava, município inserido na mesma mesorregião geográfica a qual Pitanga faz parte, e que passou pelo mesmo processo de modernização agrícola:

Mas o processo de concentração fundiária não ocorreu somente na região de Guarapuava, e sim em quase todo o Paraná e em outras áreas do Brasil desde os anos 1960. Em Guarapuava, nesse período, as terras ainda estavam nas mãos das famílias tradicionais descapitalizadas, desvalorizando-se. Sem recursos financeiros, a venda das terras passou a ser, para estes, a melhor opção de recuperação econômica, mesmo que o fato tenha proporcionado crises de valores e de identidade. (SILVA, 2005, p. 93)

Diante desta condição, os camponeses, sem condições de se manterem por meio do autoconsumo gerado nas pequenas propriedades, foram obrigados a migraram para a cidade buscando a sua reterritorialização na condição de proletariado ou então entravam na luta dos movimentos sociais para tentar conseguir um pedaço de terra por meio da reforma agrária.

é parte do processo capitalista de desenvolvimento a que está submetido o nosso país, e se exprime de maneira contraditória pela riqueza e pela miséria que gera: de um lado, pelo crescimento da produção e da produtividade, de outro, pelos resultados perversos do ponto de vista de suas implicações sociais, tais como o crescente êxodo rural, as longas jornadas de trabalho, a concentração da propriedade e da renda etc. Os camponeses passaram a se reproduzir em brechas do mercado que necessitavam da maneira como esses sujeitos se organizavam, como por exemplo, a produção de leite, de hortaliças, de milho e feijão principalmente. (Graziano da Silva, 1982, p. 134)



De acordo com Paula (2015), a partir da década de 1970, Pitanga já se despontava como o segundo maior produtor de milho do Estado e a partir da década posterior, a expropriação e desterritorialização camponesa começaram a se intensificarem, de acordo com a dificuldade dos mesmos em inserir a sua produção no mercado. Aliado a este contexto, ressalta-se o processo de substituição da produção do feijão pela soja na região no mesmo período, também acabou com mais uma fonte de trabalho que sustentava muitas pessoas no campo.

Considerando que a terra na região estava passando por um processo de valorização, ela se tornava barata para quem detinha melhores condições - ou seja, a elite formada a partir da riqueza acumulada da extração da madeira -, e pouco acessível para os camponeses posseiros e pequenos proprietários, os quais adquiriram as suas terras por meio da compra das companhias de colonização que atuaram na região. (PAULA, 2015)

Sendo assim, os pequenos agricultores começam a enfrentar um processo duplo de expropriação: o primeiro pela falta de acesso à terra, que só podia ser adquirida por meio da compra; e o segundo por meio da mecanização e substituição do trabalho humano pela tecnologia, diminuindo a oferta de emprego rural local.

As condições de abandono que o rural brasileiro, em particular o rural da região central do Paraná, retrataram uma parcela da população que não se configurava como estratégica para os investimentos estatais, levando-os a conviver com acesso precário às condições básicas, como saúde e educação e com a sua agricultura vulnerabilizada pelo Estado, como também pelo mercado, a cidade começou então a se tornar uma opção viável a sobrevivência desses sujeitos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os objetivos desta pesquisa foram evidenciar as implicações da modernização agrícola na formação socioesacial de Pitanga (PR) e seus reflexos na configuração territorial e na estrutura fundiária no contexto histórico do município. Foram analisadas as consequências desta atividade como a concentração fundiária e a desterritorialização dos camponeses, assim como outros pontos no que diz à respeito da relação do agronegócio com o Estado.

Foi evidenciado que o agronegócio baseado em monoculturas de soja, trigo e milho, caracterizou-se como a principal atividade econômica de Pitanga a partir da década de 1960 até os dias atuais, substituindo a extração madeireira que predominou a economia pitanguense entre o período da década de 1940 e 1960.



É importante mencionar que a partir da modernização agrícola houve a continuidade e agravamento de um processo que já havia sido iniciado com o período madeireiro, que envolve a concentração fundiária, de acordo com a desterritorialização dos camponeses ao acesso de suas terras, concentrando-as nas mãos dos grandes latifundiários, sendo esse um dos fatores que contribuíram para o cenário de desigualdade social no qual o município encontra-se atualmente.

REFERÊNCIAS

- ABREU, A. T. G. de. **A posse e o uso da terra: modernização agropecuária de Guarapuava**. Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte. Curitiba, 1986.
- BUANAIN, A. M. et al. **Agricultura familiar e o novo mundo rural**. Sociologias. Porto Alegre, UFRGS, ano 5, n. 10, p. 312-347, 2003.
- ENDLICH, A. M. **Pensando os papéis e significados das pequenas cidades**. Presidente Prudente: Editora Unesp, 2009.
- FRAGA, N. C. (Org.). **Territórios e Fronteiras: (re)arranjos e perspectivas**. 1. ed. Florianópolis, SC: Editora Insular, 2011.
- FAVARO, Jorge Luiz, **Geografia da política de desenvolvimento territorial rural: sujeitos, institucionalidades, participação e conflitos no território da cidadania do Paraná Centro**. Tese (doutorado) - Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2014.
- GOMES, M. de F. V. B. **Trajetória Sócio Ambiental de Guarapuava: Leituras de Paisagem**. Presidente Prudente, 352p. Teses (Doutorado em Geografia). Universidade Paulista, Faculdade de Ciência e Tecnologia, 2009.
- GONÇALVES NETO, Wenceslau. **Estado e agricultura no Brasil: política agrícola e modernização econômica brasileira 1960-1980**. São Paulo: HUCITEC, 1997.
- GRAZIANO DA SILVA, José. **A modernização dolorosa**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- HAESBAERT, Rogério (org.). **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade** - Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- _____. **Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade**. Porto Alegre, 2008.
- _____. **Da desterritorialização à multiterritorialidade**. In: Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina. São Paulo, Universidade de São Paulo, março de 2005. Disponível em: http://www.planificacion.geoamerica.org/textos/haesbaert_multi.pdf . Acesso em 20 junho 2012. p. 6774-6792. 2005.
- LUZ, C. F. C. **A madeira na economia de Ponta Grossa e Guarapuava 1915-1974**. 1980. 329f. Dissertação (Mestrado em História do Brasil – História Econômica). Universidade Federal do Paraná – UFPR, Curitiba, 1980.



MARTINE. George. **A trajetória da modernização agrícola: a quem beneficia?**. Revista Lua Nova. Nº .23, São Paulo, Mar. 1991.

MIRALHA. Wagner. **Questão agrária brasileira: origem, necessidade e perspectivas de reforma hoje**. Revista Nera – Ano 9, n. 8, 2006.

PAULA, Adriano Makux de. **Faces da expropriação e da desterritorialização camponesa em Pitanga-PR**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2015.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço**. Técnica e tempo. Razão e emoção. São Paulo, Editora HUCITEC, 1996.

_____. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1985.

_____. **Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método**. Boletim Paulista de Geografia, São Paulo, n 54, p. 35-59, jun. 1977.

_____. **Por uma Geografia nova: da Crítica da Geografia a uma Geografia Crítica**. São Paulo: EDUSP, [1978] 2004.

_____. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

SILVA, J. M. **A verticalização de Guarapuava (PR) e suas representações sociais**. 2002. Tese (Doutorado em Geografia). UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento**. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César & Corrêa, Roberto Lobato (orgs.). Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand, 1995.